# “Poder-se-hia julgar em território boliviano”:[1] O avanço da exploração da borracha no rio Madeira (1860-1880)

***“One might think they were in Bolivian territory”: the advance of rubber exploitation on the Madeira River (1860–1880)***

**Paula de Souza Rosa**[2]

**Resumo:** A exploração da borracha transformou profundamente a Amazônia, reconfigurando dinâmicas econômicas, sociais e políticas. O comércio fluvial boliviano desempenhou papel central nesse processo ao mobilizar grandes contingentes de trabalhadores indígenas, inicialmente como remeiros e depois como coletores de borracha. Esses grupos, deslocados de seus territórios no Beni, se converteram na força laboral que sustentou a expansão gomífera na região do alto rio Madeira na segunda metade do século XIX.

**Palavras-chave:** Comércio fluvial – Indígenas – Trabalho – Madeira – Borracha

**Abstract:** The Rubber boom profoundly reshaped the Amazon, reconfiguring its economic, social, and political dynamics. Bolivian river trade played a central role in this process by mobilizing large contingents of Indigenous workers, initially as canoe rowers and later as rubber tappers. These groups, displaced from their territories in the Beni, became the labor force that sustained the expansion of the rubber economy in the upper Madeira River region during the second half of the nineteenth century.

**Keywords:** River trade – Indigenous – Labor – Madera – Rubber

[1] Pinkas, Julio (1887). “O Alto Madeira”. *Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, vol. III, núm. 4, pág. 272.

[2] Pesquisadora autónoma. https://orcid.org/0009-0007-7059-2581. psrosasr@gmail.com.

## Introdução

Em 1869, o frei italiano Jesualdo Maccheti realizou uma viagem fluvial desde San Boaventura e Reyes, na Bolívia, até Belém do Pará, na qual navegou todo o rio Madeira e registrou que a extração de seringa constituía a principal atividade econômica da região.[3] No trecho entre a cachoeira de Santo Antônio e o lugar do Crato, o missionário observou que a maior parte das barracas pertenciam a negociantes bolivianos e, mesmo nas propriedades de portugueses –como Humaitá, de José Francisco Monteiro–, os trabalhadores "casi todos son índios bolivianos".[4]

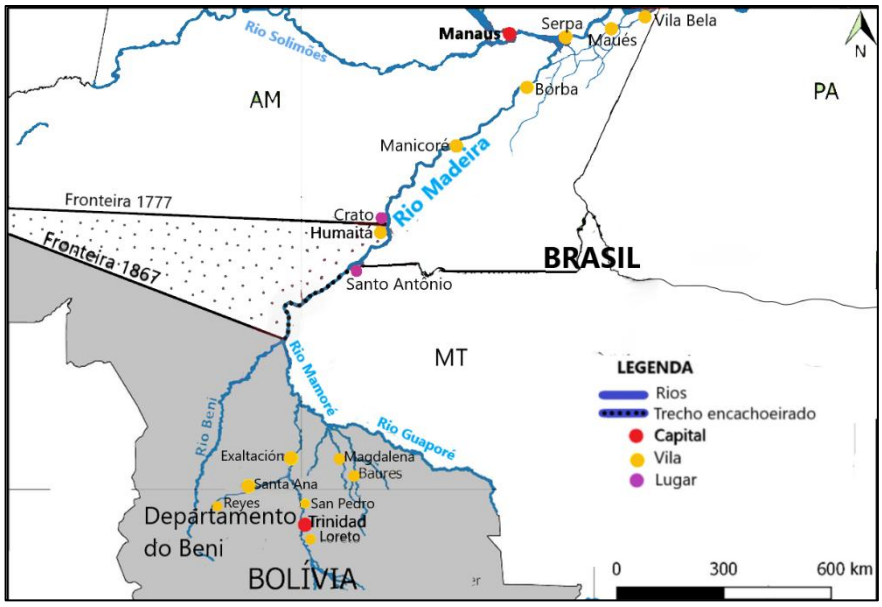
Quinze anos depois, em 1884, o viajante austríaco Júlio Pinkas mencionou uma "fortíssima colônia boliviana" nessa região. Segundo suas impressões, após a vila de Manicoré, o idioma espanhol era predominante e "a não ser a bandeira auriverde que tremula na popa do navio, poder-se-hia julgar em território boliviano".[5]

Os relatos de Maccheti e Pinkas evidenciam que a despeito dos limites impostos por agentes externos à realidade da fronteira (Mapa 1), os comerciantes bolivianos exploraram a margem direita do rio Madeira –reconhecida como território brasileiro desde o século XVIII– com a mesma frequência da margem esquerda, formalmente boliviana até o Tratado de Ayacucho em 1867.[6] Até então, o lugar do Crato era a única habitação brasileira duradoura na região e demarcava o limite territorial entre Brasil e Bolívia.[7]

As localidades de Manicoré e Humaitá surgiram, respectivamente, em 1868 e 1869, como barracas destinadas à exploração e comercialização da borracha.[8] Esse produto já dominava a economia regional na Província do Amazonas desde a década de 1850.[9] Nesse período, muitos trabalhadores oriundos da Província do Pará foram se dedicar à extração de seringa no rio Madeira, sendo seguidos por negociantes portugueses ou indivíduos inseridos nas redes de comércio controladas pelos lusitanos.[10]

---

[3] Maccheti, Jesualdo (1886). *Diario del viaje fluvial del padre fray Jesualdo Maccheti, misionero del Colegio de la Paz, desde San Buenaventura y Reyes hasta el Atlántico en 1869*. La Paz: Imprenta del Siglo Industrial.
[4] Ibid: 54-55.
[5] Pinkas, 1887: 272.
[6] Van Valen, Gary (2013). *Indigenous agency in the Amazon: The Mojos in liberal and Rubber-Boom Bolivia.* Tucson: The University of Arizona Press, pág. 61; Lema Garrett, Ana María (2013). "¿Una frontera en movimiento o movimientos en la frontera? Bolivia-Brasil en la época del Tratado de Ayacucho". *Anuario de Estudios Bolivianos, Archivísticos y Bibliográficos*, 19, págs. 251-294.
[7] Lacerda, Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque (1864). *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Amazonas na sessão ordinaria do 1º de outubro de 1864, pelo dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, presidente da mesma provincia*. Pernambuco: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, pág. 32-34.
[8] Hugo, Victor (1959). *Desbravadores: a história eclesiástica, no panorama social, político, e geográfico do grande Rio Madeira, seus afluentes e formadores na Amazônia*, vol. I. Rondônia: Missão Salesiana, págs. 136, 193-194.
[9] Weinstein, Barbara (1993). *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, Edusp.
[10] Rosa, Paula de Souza (2019). "Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920)". Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará.




Mapa 1. O rio Madeira, século XIX. Fonte: Elaboração própria

Contudo, o movimento comercial ficou concentrado em povoações como Serpa e, a partir daí, as canoas mercantis seguiam sazonalmente para comerciar com as populações indígenas que viviam na região do baixo rio, próximas à vila de Borba, das quais se destacam os povos mura e munduruku.[11] Essas etnias mantinham longa trajetória de conflito, mediação e negociação com agentes coloniais, que moldaram formas específicas de organização do trabalho e de controle territorial –com intervenções indígenas– para a exploração de borracha rio acima, atividade que permaneceu predominantemente sazonal e ambulante até o final da década de 1860.[12]

Ao mesmo tempo, o comércio fluvial boliviano se intensificou nas décadas seguintes, conforme revelam os relatos de viajantes (engenheiros, missionários, militares etc.) que percorreram essa região na segunda metade do século XIX. Entre eles destacam-se, além de Maccheti e Pinkas, já mencionados, o brasileiro João Martins da Silva Coutinho (1864), o alemão Franz Keller (1868), o canadense Charles Barrington Brown e William Lidstone (1873-1874), o inglês Edward Mathews (1872-1874), o brasileiro João Severiano da Fonseca (1877), o estadunidense Neville Craig (1878), o brasileiro Ernesto Mattoso Maia Forte (1883-1884) e o português Bernardo da Costa e Silva (1891).[13]

[11] Rosa, Paula de Souza (2024). "O compadrio e as redes de parentesco Mura e Munduruku no rio Madeira (1838-1859)". Em: Vieira Junior, Antônio Otaviano *et. al*. (orgs.). *Uma RUMA de histórias das populações da Amazônia*. Ananindeua: Editora Cabana, págs. 193-213.
[12] Barriga, Letícia Pereira (2023). "O quadrilátero cabano e as cabanagens nos sertões da Amazônia: guerra, índios, rios e matas (1790-1841)". Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará.
[13] Coutinho, João Martins da Silva (1864). "Relatório da Exploração do Rio Madeira pelo Doutor João Martins da Silva Coutinho". Em: Oliveira e Sá, Jesuíno Marcondes de. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura,*

Todos esses registros convergem para um ponto fundamental: a fronteira amazônica era um território de mobilidades densas, redes mercantis transnacionais e regimes de trabalho sustentados majoritariamente na exploração da mão de obra nativa. Nessa conjuntura, o rio Madeira se tornou área de interesse estratégico para os governos centrais e locais do Império do Brasil e da República da Bolívia.

Em disputa estava a fixação dos limites, mas também o controle sobre a exploração dos recursos naturais e a navegação, isto é, a circulação de pessoas e mercadorias. Paralelamente, além de fronteira externa, a região também experimentava o lugar de fronteira interna: território periférico, em grande parte não incorporado ao projeto colonizador do Estado, majoritariamente habitado por populações indígenas independentes e onde a presença estatal –brasileira ou boliviana– era limitada ou inexistente.

Conforme provou José Octavio Orsag, a Amazônia Ocidental permaneceu amplamente sob soberania indígena, apesar das tentativas dos Estados nacionais (Brasil, Peru, Bolívia, Equador e Colômbia) de afirmar controle territorial sobre a região no século XIX.[14] Essa dinâmica começou a mudar, a partir de 1850, com a expansão gradativa da economia da borracha, que criou condições materiais para a territorialização estatal: fluxo de migrantes, formação de mercados de terra, rotas comerciais estáveis e dependência crescente de capitais estrangeiros. Contudo, até a década de 1880, mesmo os chamados "povoados civilizados" –antigas missões, vilas e freguesias– funcionavam, na prática, como áreas de domínio indígena, onde autoridades nacionais exerciam pouco controle sobre mobilidade, trabalho e relações sociais. Segundo o autor, a incorporação dos territórios de fronteira e das populações indígenas ocorreu por meio de um processo longo de intervenção, negociação e conflito com os agentes coloniais, que resultou na escravização, deslocamento forçado, massacres e destruição sistemática de comunidades nativas.

Na última década vêm avançando os estudos na perspectiva transnacional e transfronteiriça na Amazônia, com foco na diversidade de personagens em situação de fronteira, como indígenas, migrantes, pessoas escravizadas, fugitivos, comerciantes, viajantes estrangeiros, missionários

*Commercio e Obras Públicas*, Anexo Q. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert; Keller, Franz (1874). *The Amazon and Madeira river: sketches and descriptions from the note-book of an explorer*. Philadelphia: J. B. Lippincott & Co.; Brown, Charles Barrington and Lidstone, William (1878). *Fifteen thousand miles on the Amazon and its tributaries*. London: E. Stanford; Mathews, Edward (1879). *Up the Amazon and Madeira Rivers, though Bolivian and Peru*. London: Sampson Low Marston, Searle & Rivington; Fonseca, João Severiano da (1880). *Viagem ao Redor do Brasil 1875-1878*, 2 vols. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro; Craig, Neville B (1947 [1907]). *Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo: Nacional; Forte, Ernesto Mattoso Maia (1885). *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira itinerario e trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré, impressões de viagem por um dos membros da mesma comissão*. Rio de Janeiro: Typ. a Vapor de Soares & Niemeyer; Silva, Bernardo da Costa e (1891). *Viagens no sertao do Amazonas do Para a costa do mar Pacifico pelo Amazonas Bolivia e Peru*. Porto: Typ. de A. J. de Sousa e Irmão.

[14] Orsag, José Octavio (2025). *Where the Maps End: Indigenous Territories and the Colonization of the Western Amazon in the Nineteenth Century*. Tesis de doutorado, New York University.

etc.[15] As pesquisas destacam a complexidade das agências indígenas, mesmo considerando que suas trajetórias foram violentamente tolhidas pelos interesses patronais no contexto da produção gomífera, como no caso dos povos mojos e baures que estiveram inseridos em dinâmicas "reducionais" e pós-reducionais, mas que organizaram formas próprias de trabalho e controle do território.[16]

Nesse sentido, embora já tenha delineado anteriormente o papel do comércio fluvial e a fixação de comerciantes bolivianos no alto rio Madeira, este artigo avança ao demonstrar que o recrutamento e o deslocamento massivo de trabalhadores benianos, genericamente denominados mojenhos,[17] não constituiu uma dinâmica restrita a enclaves nacionais.[18] A investigação fundamenta-se em relatórios de presidentes de província, notícias de jornais, relatos de viajantes, registros paroquiais e outros documentos secundários.[19] O artigo organiza-se em três partes: as duas primeiras sistematizam o desenvolvimento do comércio fluvial e a ocupação inicial dos seringais. A terceira e inédita seção analisa a consolidação de um sistema de exploração transfronteiriço sustentado por complexas redes de cooptação da mão de obra nativa beniana, sob o controle de uma elite comercial e proprietária heterogênea, composta por patrões bolivianos, brasileiros e portugueses.

## Movimentos na fronteira: comércio fluvial e mobilidade indígena

Apesar das tentativas dos governos bolivianos de integrar a Amazônia, na Província de Mojos a cultura reducional permaneceu dominante e a vida econômica manteve o uso comunal da terra e da propriedade pecuária até 1840.[20] Nesse período, ocorreu a reorganização político-administrativa da região que levou à instalação do Departamento do Beni em 1842. Esse processo se intensificou com a economia extrativista da quina, que estruturou o avanço sobre os territórios indígenas, o acesso a mão de obra nativa e as redes de transporte fluvial pelos rios Mamoré, Madeira e Amazonas.[21]

---

[15] Link, Rogério Sávio (2016). "Vivendo entre mundos: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX". Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Cardoso, Antonio Alexandre Isidio (2017). "O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX". Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.

[16] Van Valen, 2013.

[17] Essas populações se compunham de distintas filiações étnicas, dos quais podemos mencionar os mojos, baures, itonamas, movimas, canichanas, cayubabas, cavinas e outros.

[18] Este trabalho amplia questões abordadas num estudo anterior, publicado em espanhol, em: Rosa, Paula de Souza (2025). "Patrones cruceños y jornaleros indígenas del Oriente boliviano en el río Madera durante el auge de la goma (1860-1880)". Em: José Octavio Orsag Molina (org.). *Bolivia y sus Orientes*. La Paz: Plural editores / Silex ediciones, págs. 61-91.

[19] Todos os relatórios provinciais e notícias de jornais utilizados no presente artigo estão disponíveis no site da Hemeroteca Digital brasileira, ver: https://memoria.bn.gov.br

[20] García Jordán, Pilar (2015 [2001]). *Cruz y arado, fusiles y discursos: La construcción de los Orientes en Perú y Bolivia, 1820-1940*. Lima: Institut français d'études andines-OpenEdition Books, págs. 180-183.

[21] Block, David (1997). *La cultura reduccional de los llanos de Mojos*. Sucre: Historia Boliviana, pág. 211.

Vários estudos já demonstraram a importância dessa rota comercial para a economia amazônica luso-brasileira desde o período colonial.[22] Entretanto, pouco se fala das redes mercantis que se organizavam no sentido contrário. Segundo José Luís Roca, entre 1840 e 1870, até 80% das exportações da quina se fazia pela rota do Amazonas.[23] No oriente boliviano, a localidade de Reyes era o epicentro do transporte fluvial, mas a demanda por tripulantes afetou outras povoações do Beni, tais como: Baures, Magdalena, San Joaquín, Exaltación, Santa Ana, San Ignacio, San Pedro e Trinidad (ver Mapa 1). Como resultado, tornou-se comum o deslocamento sazonal de indígenas contratados como tripulantes ou, por vezes, inseridos coercitivamente nas redes do trabalho compulsório.[24]

Os relatórios de presidentes da Província do Amazonas destacam que não existia um controle efetivo sobre a circulação de pessoas e de mercadorias na região fronteiriça.[25] Portanto, não é possível calcular os gêneros permutados, mas, em geral, os produtos bolivianos que circulavam pela província eram quina, couros, sebo, fumo, charutos e açúcar.[26] Apesar disso, a documentação fornece alguns dados sobre o crescimento do comércio fluvial boliviano na década 1860.

Em 1864, foram registradas 70 canoas carregadas com quina e gêneros da lavoura e pecuária.[27] Em 1865, o relatório da Companhia do Amazonas informou a movimentação de 98 embarcações bolivianas, tripuladas por 1.276 indígenas.[28] Essa dinâmica comercial se intensificou nos anos seguintes e o número de embarcações aumentou de três ou quatro ao ano para dezenas de canoas que desciam carregadas até a vila de Serpa e Manaus.[29] Nessas localidades, os comerciantes embarcavam as mercadorias nos vapores de linha que singravam pelo rio Amazonas fazendo a rota Belém a Manaus e vice-versa.

[22] Lopes, Siméia Nazaré (2013). "As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c.1790-c.1830)". Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Melo, Vanice Siqueira de (2022). "Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)". Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará.

[23] Roca, José Luís (2024 [2001]). *La epopeya de los cruceños: economía y sociedad en el oriente boliviano (s. XVI-XX)*. La Paz, Bolivia: Plural, pág. 47-48.

[24] Guiteras Mombiola, Anna (2011a). "La mano de obra indígena en el comercio fluvial del Beni (Bolivia) en la segunda mitad del siglo XIX". *Bulletin de l'Institut français d'études andines*, 40/3, págs. 511-532

[25] Lacerda, Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque (1865). *Relatorio com que o Illm. e Exm. Sr. dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda entregou a administração da provincia do Amazonas ao illm. e Exm. Sr. tenente coronel Innocencio Eustaquio F. de Araujo*. Recife: Typ. do Jornal do Recife, pág. 23; Rego, Jacinto Pereira (1869). *Exposição com que o exmo. sr. dr. Jacinto Pereira do Rego passou a administração da província do Amazonas no dia 24 de agosto de 1868 ao exmo. sr. coronel Leonardo Ferreira Marques, 1º vice-presidente da mesma província*. Manaos: Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, pág. 47.

[26] Lacerda, 1864: 44.

[27] Lacerda, 1865: págs. 17, 23.

[28] Bastos, Tavares (1866). *O Valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: Garnier, pág. 253.

[29] Lacerda, 1864: 43; Rego, 1869: 47.

Alguns viajantes estimam que todos os anos desciam da Bolívia cerca de 50 a 60 canoas.[30] Isso significa o deslocamento de numerosa força laboral, pois cada canoa era tripulada por onze ou até vinte remeiros indígenas, que foram incorporados nas obras públicas e particulares na Província do Amazonas, como é o caso do 'boliviano Manoel' empregado na construção da igreja matriz em Manaus.[31] Sem embargo, Tavares Bastos destacou a presença de "numerosos e robustos índios bolivianos do departamento do Beni, dos que tripulam as canoas do Madeira e ficam nos intervallos das viagens trabalhando nas obras publicas", onde eram disponibilizados por um pequeno salário pago aos seus patrões.[32]

Em um estudo sobre a mão de obra indígena no comércio fluvial do Beni na segunda metade do século XIX, Anna Guiteras Mombiola mencionou o caso de alguns remeiros indígenas contratados em Trinidad que denunciaram o comerciante David Cronenbold por uma série de maus tratos durante uma viagem ao Pará, em 1866.[33] Como era costume, o comerciante fretou uma expedição para a qual contratou os serviços de diferentes grupos étnicos (mojenhos, movimas, cayubabas e canichanas) que conduziriam sete canoas, isto significa entre 70 e 80 tripulantes. De acordo com a autora, um remeiro testemunhou que o comerciante havia vendido a mão de obra dos tripulantes a outros patrões em território brasileiro como se fossem 'escravos'.

A Figura 1 mostra um acampamento de tripulantes indígenas do Beni no porto de Manaus que, possivelmente, aguardavam o retorno dos comerciantes e mercadorias que seriam levadas para o rio Madeira e a Bolívia. Contudo, em muitos casos, os remeiros fugiam das embarcações ou eram cooptados por patrões locais. Em 1867, o vice-cônsul boliviano, Ignácio Arauz, solicitou apoio do governo provincial para coibir o que chamou de "sedução" dos tripulantes.[34] Segundo os ofícios, essa prática era recorrente entre patrões locais que acumulavam funções administrativas ou policiais em Manaus, Serpa, Vila Bela e outros pontos do rio Madeira.[35]

Em 1869, a autoridade consular também pediu providências para a captura de diversos "índios bolivianos, pertencentes ás tripolações de algumas embarcações", que haviam fugido e vagueavam pela província.[36] Alguns desses indivíduos aparecem com frequência nos registros policiais presos por embriaguez e brigas. Em julho de 1864 "forão custodiados à ordem do subdelegado por embriaguez os bolivianos Manuel e José".[37] Em setembro, pelo mesmo motivo,

[30] Keller, José e Keller Francisco (1869). "Relatório da Exploração do Rio Madeira na parte compreendida entre a cachoeira de Santo Antônio e a barra do Mamoré". Em: Brasil. *Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, Anexo X. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, pág. 34.
[31] Lacerda, 1864: 44; "Officio do director das obras publicas, remetendo a conta dos operários das obras da matriz e casa de educandos", *O Cathechista*, Manaus, 27/5/1864, pág. 2.
[32] Bastos, 1866: 251.
[33] Guiteras Mombiola, 2011a: 523-524
[34] "Officios ao consul da Bolivia em Serpa D. Ignacio Arauz", *Amazonas*, Manaus, 13/7/1867, pág. 1.
[35] "Officios ao dr. Chefe de policia", *Amazonas*, Manaus, 28/8/1869, pág. 2.
[36] "Officio ao sr. D. Ignacio Arauz, vice-consul da Bolivia, nesta provincia", *Amazonas*, Manaus, 1/5/1869, pág. 3.
[37] Ofício expedido pela Secretaria de Polícia da Província do Amazonas ao sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda, Presidente da Província. Manaus, 22 de julho de 1864. Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEAM). Livro: 4. Ofício nº 454.

foram presos sete indivíduos identificados como bolivianos.[38] No ano seguinte, entre os custodiados no mês de maio estava o "boliviano José por embriaguez e briga".[39]




Figura 1. Acampamento de barqueiros bolivianos no porto de Manaus (1867). Fonte: Álbum de fotografías, Albert Frisch (1869). Acervo Instituto Moreira Salles. *Disponível em:* https://issuu.com/ims_instituto_moreira_salles/docs/_lbum_frisch_r_sultat_expedition

No mesmo período, Franz Keller se impressionou com o número de indígenas bolivianos que viu trabalhando na cidade de Manaus, seja no transporte de mercadorias, carregando lenha ou

[38] Ofício expedido pela Secretaria de Polícia da Província do Amazonas ao sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti d'Albuquerque Lacerda, Presidente da Província. Manaus, 1 de setembro de 1864. APEAM. Livro: 4. Ofício nº 533.
[39] "Repartição da Polícia", *O Cathechista*, Manaus, 27/5/1865, pág. 3.

servindo na construção dos edifícios públicos.[40] Jean e Elizabeth Agassiz, que estiveram na região em 1866, mencionam que a praia da vila de Maués, "parecia mais bela, animada como estava pela presença de numeroso grupo de índios da Bolívia, acampados na areia".[41] Os relatos evidenciam que a mão de obra nativa beniana era disponibilizada não apenas na capital da província, mas também nas localidades de Serpa, Maués e Vila Bela da Imperatriz (ver Mapa 1).[42] Essas povoações estavam situadas no rio Amazonas e eram próximas à foz do rio Madeira, o que garantia aos negociantes que desciam da Bolívia acesso aos vapores que faziam a linha Belém-Manaus e vice-versa.

Conforme destacou David Block, na década de 1860, os empresários de Santa Cruz de La Sierra, já estabelecidos no Beni, praticamente monopolizavam o comércio fluvial pelo rio Madeira, enquanto os povos indígenas da região (mojenhos, trinitários, movimas, canichanas, itonamas, baures e outros), anteriormente sujeitos ao regime missional, se converteram na massa laboral regional.[43] Keller destacou, por exemplo, que a ajuda do comerciante e vice-cônsul boliviano foi fundamental para assegurar embarcações e tripulação experiente.[44] Ignácio Arauz conseguiu sete canoas e setenta remeiros, mojenhos e canichanas, para conduzir a expedição encarregada de explorar o trecho encachoeirado, desde Santo Antônio até a barra do rio Mamoré –fronteira recém-estabelecida com a Bolívia pelo Tratado de Ayacucho.[45] As expedições de Edward Mathews e Neville Craig também recorreram ao comerciante boliviano em busca de canoas e tripulação.[46]

Na década de 1870, a regularização e a expansão da navegação a vapor impactou diretamente a dinâmica do comércio fluvial boliviano. Os navios da recém-criada Companhia Fluvial do Alto Amazonas (1866) passaram a realizar viagens mensais entre Manaus e Santo Antônio, último ponto de escala no rio Madeira.[47] Ao mesmo tempo, cresceu o número de embarcações particulares que circulavam por essa via fluvial, dispensando a longa descida até Serpa ou Manaus.[48] Consequentemente, a presença da mão de obra indígena beniana diminuiu gradativamente em outros locais da província, mas cresceu no território fronteiriço.

---

[40] Keller, 1874: 36.
[41] Agassiz, Jean Louis Rodolph e Agassiz, Elizabeth Cary (2006 [1938]). *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, págs. 294.
[42] Bastos, 1866: 251; Agassiz e Agassiz, 2006 [1938]: 187; 294-296.
[43] Block, 1997: 228-229.
[44] Keller, 1874: 35.
[45] Keller e Keller, 1869: 4; Keller, 1874: 35.
[46] Mathews, 1879: 67; Craig, 1947 [1907]: 137-138.
[47] Mattos, João Wilkens (1870). *Relatório lido pelo exm. O Sr. Presidente da província do Amazonas, tenentecoronel João Wilkens de Mattos, na sessão d`abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 25 de março de 1870*. Manaos: typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, pág. 38; Monteiro, Domingos Jacy (1878). *Relatorio apresentado ao exm.o sr. dr. Agesiláo Pereira da Silva, presidente da provincia do Amazonas pelo dr. Domingos Jacy Monteiro, depois de ter entregue a admimistração da provincia em 26 de maio de 1877*. Manaus: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, pág. 35.
[48] Mattos, 1870: 40.

O recenseamento de 1872 registrou um total de 759 bolivianos residentes no rio Madeira, sendo apenas 6 moradores em Borba e 753 em Manicoré, freguesia com jurisdição sobre todo o território do alto rio até a fronteira com a Bolívia.[49] Esse contingente parece diminuto diante dos 5.180 habitantes da extensa freguesia de Manicoré, mas supera significativamente o número de portugueses (119) e paraenses (656). Ainda assim, o recenseamento captura apenas uma fração dessa realidade.

Os bolivianos contabilizados eram, em sua maioria, comerciantes e proprietários estabelecidos na povoação e adjacências, enquanto os trabalhadores indígenas nos centros dos seringais não foram incluídos na contagem oficial. Portanto, a presença boliviana na região foi muito mais ampla do que sugerem os números do levantamento de 1872, sobretudo em sua dimensão laboral indígena.

De acordo com Mathews, em 1873, haviam saído da Amazônia boliviana 43 embarcações com destino ao rio Madeira, das quais somente 13 regressaram.[50] Conforme seus cálculos, entre 1862 e 1872, o Beni perdeu mil trabalhadores indígenas por ano, que foram deslocados para a Província do Amazonas. Em 1875, uma publicação anônima estimava que mais de três mil bolivianos, de ambos os sexos, estavam empregados no comércio fluvial e na extração da goma elástica no rio Madeira.[51]

Apesar da natureza conjectural desses números, do outro lado da fronteira, a documentação revela uma preocupação com o fluxo contínuo da população indígena para fora do território nacional boliviano. Em 1881, Tomás Villavicencio destacou que "asusta la emigracion que hai de los naturales ó índios de este Departamento [del Beni] al Brasil", que por estarem endividados eram obrigados a trabalhar na extração de borracha no rio Madeira, de onde quase nunca regressavam.[52] Segundo o relato, o deslocamento da mão de obra nativa "principió la decadencia y ruina de estos pueblos, en los que ya no existen las fábricas de los tejidos de algodón ni la abundancia de víveres, que era el resultado de los trabajos agrícolas". Ao passar por Exaltación, lugar dos cayubabas, Luigi Balzán espantou-se com a pobreza do povoado. De acordo com o viajante, "muchos de sus habitantes fueron llevados a trabajar a la goma, están casi siempre ausentes del pueblo, ocupados en viajar de Villa Bella al Madera o a Trinidad".[53]

O deslocamento massivo produziu consequências profundas e duradouras. Os estudos de David Block e Anna Guiteras Mombiola mostram que a população do Departamento do Beni

[49] Brasil. Diretoria Geral de Estatística (1876). *Recenseamento Geral do Império de 1872. Amazonas*, vol. II. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, págs. 14-17.
[50] Mathews, 1879: 132.
[51] "Interior: correspondência particular do Jornal do Amazonas", *Jornal do Amazonas*, Manaus, 4/10/1875, pág. 2.
[52] Ministerio de Hacienda (1882). *Informes y documentos referentes al Departamento del Beni*. La Paz: Imp. de La Libertad de J. Aramayo, pág. 11.
[53] Balzan, Luigi (2008). *A carretón y canoa. La obra del naturalista Luigi Balzan en Bolivia y Paraguay (1885-1893)*. Edición, estudio preliminar, notas y traducción de Clara López Beltrán. La Paz: IFEA/IRD/Embajada de Italia/Plural editores, pág. 231.

manteve certa estabilidade entre 1840 e 1860, cerca de 23.000 habitantes.[54] Contudo, ambos sustentam que, a partir daí, a população beniana começou a decair expressivamente, tendo reduzido 18% em 1874 e, em 1882, a perda chegou a 29%. Entre as razões apresentadas estão as recorrentes epidemias, especialmente de varíola; o avanço sobre a propriedade comunal; a mobilização da mão de obra indígena como remeiros das canoas mercantis e, acrescento, o trabalho na extração da borracha nos seringais do rio Madeira.

**Tramas de ocupação: barracas de seringa e o trabalho nativo**

Segundo Manuel Vicente Ballivián, "se estableció la costumbre de alquilar el personal de mozos remeros hasta por un año. De ahí vino el conocimiento por patrones y capataces de la nueva industria y del satisfactorio resultado que con su explotación se obtenía".[55] Essa descrição evidencia que o aluguel de remeiros indígenas para serviços públicos e privados era uma prática sistemática dos comerciantes bolivianos em solo brasileiro. Fundamentalmente, o saber técnico e a experiência territorial acumulados por esses tripulantes foram gradualmente instrumentalizados para atender às demandas da extração da goma elástica.

Essa conversão do trabalho fluvial em extrativo resultou na ocupação de territórios que o Estado brasileiro ainda via como "vazios" ou de transitoriedade. Prova disso é que, em 1864, enquanto o presidente da província alegava que a população no alto Madeira "não se fixa em parte alguma", movendo-se apenas em busca de novos seringais, a realidade local já apresentava núcleos de trabalho estruturados.[56] No mesmo ano, João Martins da Silva Coutinho confirmava a presença de patrões bolivianos que, acompanhados de "índios domesticados", já se encontravam explorando seringa em território brasileiro.[57]

Em 1869, Jesualdo Maccheti registrou que, entre a cachoeira de Santo Antônio e o lugar do Crato (ver Mapa 1), a maior parte das barracas de seringa "son de bolivianos", tais como: Nemésio Hurtado e seu irmão Isaac Hurtado; Juan Bautista Abrego e sua esposa Matilde Vasquez; Ignácio Arauz, Santos Mercado e Pastor Oyola.[58] Os três últimos foram descritos por Neville Craig como um "triunvirato que monopolizava o comércio da goma elástica" no alto rio Madeira.[59] A ocupação

[54] Block, 1997, págs. 231-232; Guiteras Mombiola, Anna (2011b). "Para una historia del Beni. Un estudio socioeconómico, político e ideológico de la Amazonía boliviana, siglos XIX-XX". Tesis de doutorado, Universitat de Barcelona, págs. 140-141.
[55] Ballivián, Manuel Vicente (1896). *Apuntes sobre la Industria de la Goma Elástica en los Territorios Dependientes de la Delegación Nacional en el Noroeste y el Departamento del Beni*. La Paz: Ministerio de Instrucción Pública y Colonización. El Comercio, págs. 4-5.
[56] Lacerda, 1864: 42.
[57] Coutinho, 1864: 62.
[58] Maccheti, 1886: 53-54.
[59] Craig, 1947 [1907]: 223, 234.

boliviana era tão intensa que o idioma espanhol predominava na região, frequentemente mesclado às línguas dos trabalhadores indígenas.[60]

Na década de 1880, Júlio Pinkas reforçou essa percepção ao destacar que a maioria dos seringais pertencia a comerciantes bolivianos.[61] Estes chegavam acompanhados de indígenas recrutados no Beni, sobretudo nos povoados de Trinidad e Exaltación, os quais formavam o seu "corpo de operários". Exemplo notável era a barraca Jumas, de Antônio Chavez, descrita como um verdadeiro "aldeamento boliviano" onde centenas de habitantes se comunicavam em dialetos nativos, evidenciando que a ocupação era, antes de tudo, resultado da mobilidade indígena.[62]

Os relatos de Maccheti, Craig e Pinkas confirmam que esses grupos foram os principais responsáveis pela expansão da indústria da borracha no alto Madeira entre 1860 e 1880. Nesse cenário, destacam-se figuras como Ignácio Arauz e seu sobrinho Santos Mercado, que aparecem nas fontes como um dos primeiros comerciantes bolivianos a investir na extração e comercialização de borracha na região.[63]

A expertise de Arauz no comércio fluvial já se consolidava em 1861, conforme demonstra sua sociedade com Quintin Quevedo na expedição exploratória do oriente boliviano a Belém do Pará.[64] Estabelecido em Santa Ana, no rio Yacuma –afluente estratégico que conectava o Mamoré ao Madeira e recebia o fluxo mercantil de Reyes e Rurrenabaque (ver Mapa 1)–, Arauz expandiu sua esfera de influência ao assumir funções consulares na Província do Amazonas. Em 1864, sua presença em território brasileiro já era robusta, mantendo uma plantação de algodão nas proximidades da vila de Serpa, onde trabalhava numerosa mão de obra nativa.[65]

Após o empreendimento infrutífero, Arauz concentrou seus esforços no rio Madeira, onde estabeleceu uma barraca chamada Exaltação, em homenagem à última povoação boliviana no rio Mamoré.[66] A propriedade era um dos maiores estabelecimentos de coleta de goma elástica na região e possuía uma ampla estrutura com barracões, engenho, armazéns e embarcações.[67] A localidade também funcionava como ponto de apoio logístico do comércio fluvial boliviano, servindo de entreposto para o armazenamento das cargas que circulavam por essa rota.[68]

---

[60] Ibid: 349
[61] Pinkas, 1887: 294
[62] Craig, 1947 [1907]: 127.
[63] Sobre o parentesco de Ignácio Arauz e Santos Mercado, ver: Craig, 1947 [1907]: 128.
[64] Quevedo, Quintin e Arauz, Ignacio (1861). *El Madera y sus cabeceras Belen del Pará, 25 de abril de 1861*. Cochabamba: Tip. de Quevedo, pág. 17.
[65] Lacerda, 1864: 41.
[66] Lisboa, Joaquim Miguel Ribeiro (1869). "Exploração do furo de Tupinambaranas, do Ramos e rios Sacará e Atrennnam". Em: Albuquerque, Diego Velho Cavalcanti de. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Commercio e Obras Públicas.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. Appenso O, pág. 30.
[67] Maccheti, 1886: 64; Mathews, 1879: 19.
[68] Lisboa, 1869: 14.

O dinamismo desse trânsito de mercadorias e trabalhadores foi registrado pelo frei Jesualdo Maccheti, que relatou como um comerciante de sua comitiva deixou com Arauz parte da tripulação encarregada de conduzir até Serpa várias canoas carregadas de quina e duzentas arrobas de seringa.[69] Pouco tempo depois, a casa comercial Ignacio Arauz & Mercado pagou, na Câmara Municipal de Serpa, imposto referente à exportação dessa mesma quantidade de borracha destinada ao Pará.[70]

Na década de 1870, a influência de Arauz expandiu-se significativamente rio acima; sua residência na foz do rio Jamari e a posse de diversos seringais no trecho encachoeirado –onde mantinha uma média de trinta trabalhadores indígenas por unidade– atestavam sua posição como um dos negociantes mais poderosos da fronteira.[71] Essa proeminência econômica foi acompanhada por uma inserção política duradoura, evidenciada pelo seu longo exercício no cargo de vice-cônsul da Bolívia. Mesmo após sua morte em 1881, o controle sobre as redes mercantis e o prestígio político permaneceram no núcleo familiar: a função consular e a gestão dos seringais passaram a ser exercidas por seu sobrinho e sócio, Santos Mercado.[72]

A presença desse indivíduo na região foi mencionada pela primeira vez por João Martins da Silva Coutinho, em 1864. De acordo com o relato, Santos Mercado, José Maria Cuéllar e Antonio Franco estabeleceram barracas destinadas à exploração de borracha no trecho encachoeirado.[73] Contudo, a baixa produtividade daquelas áreas forçou um redirecionamento estratégico. Segundo os Keller, os patrões bolivianos "que descerão com índios do departamento do Beni para trabalharem nos extensos seringaes" perto do rio Yata, se deslocaram para áreas abaixo da cachoeira de Santo Antônio.[74]

Nessa região, havia dez ou doze patrões bolivianos instalados nas imediações do Crato, cada um com vinte ou trinta indígenas mojenhos trabalhando na extração de borracha, um contingente de aproximadamente 250 a 300 indivíduos.[75] Longe de ser espontâneo, esse movimento laboral era rigorosamente organizado e contava com a anuência, ou participação direta, de autoridades bolivianas que instrumentalizavam o sistema de tutela indígena para abastecer de trabalhadores os seringais do rio Madeira.

Um exemplo contundente dessa articulação ocorreu em 1871, quando Santos Mercado formalizou em Trinidad uma sociedade comercial de grande escala com Miguel María Cuéllar,

[69] Maccheti, 1886: 65.
[70] Livro 1 de Exportação e Despachos da Câmara Municipal de Serpa. Serpa, 25 de setembro de 1869. APEAM. Ano 1869, f. 399.
[71] Brown e Lidstone, 1878: 348-349; Craig, 1947 [1907]: 224; 229-230
[72] "Fallecimento", *Amazonas*, Manaus, 6/2/1881, pág. 2; "Secretaria do governo", *O Liberal do Pará*, Belém, 26/8/1880, pág. 2; "Portaria ao sr. Consul da Bolivia", *Amazonas*, Manaus, 14/1/1880, pág. 1.
[73] Coutinho, 1864: 57.
[74] Keller e Keller, 1869: 42.
[75] Keller, 1874: 40

Pontieno Almanzor Rojas e Ramon Barberí.[76] O fato de Barberí ocupar o cargo de prefeito do Departamento do Beni, a maior autoridade administrativa local, conferia ao negócio um caráter oficial e coercitivo.

Denúncias da época apontam que Barberí teria viabilizado a saída de mais de duzentos indígenas benianos para trabalhar na extração de borracha em território brasileiro.[77] Essa prática não foi um caso isolado, mas uma política persistente adotada por sucessivas autoridades. Tal suporte institucional permitiu que Santos Mercado, mesmo após a deposição de Barberí, consolidasse uma robusta rede de recrutamento e comércio, articulando os fluxos laborais que serviram de alicerce para a expansão gomífera na região de fronteira.

Em 1875, registros da coletoria do Crato indicavam a presença de dez casas comerciais, das quais três pertenciam a bolivianos, com destaque para o seringal Paraíso, de Santos Mercado & Cia.[78] Três anos depois, Neville Craig descreveu a propriedade como um próspero assentamento com expressiva presença indígena, enquanto outros relatos o descrevem como um dos estabelecimentos mais notáveis da região, operando com centenas de trabalhadores nativos.[79]

O seringal Paraíso tornou-se o epicentro de novas frentes de expansão nos afluentes do rio Madeira. Em 1876, Santos Mercado e Antonio Chávez firmaram parceria para explorar o rio Machado, região que, em 1879, já abrigava diversos barracões.[80] A cooptação de mão de obra era intensa: enquanto o negociante português José Francisco Monteiro mobilizou 65 homens, Santos Mercado enviou 70 para a área, onde já estavam trabalhadores de Juan de Dios Franco.[81]

A atuação de Santos Mercado tornou-se ainda mais expressiva na década de 1880 com a aquisição de uma casa no povoado de Santo Antônio, localizado na cachoeira homônima.[82] A escolha do local foi estratégica, visando articular redes mercantis e garantir acesso contínuo à força de trabalho indígena proveniente do Beni. A própria formação de Santo Antônio como núcleo administrativo derivou do crescimento desse movimento fronteiriço. Desde meados de 1860, a intensificação do comércio fluvial boliviano levou o Império brasileiro a expandir seu aparato burocrático, desmembrando a subdelegacia de Santo Antônio do Crato em 1865 e implantando, no ano seguinte, um posto da Guarda Nacional com 46 praças.[83] Comparativamente, os postos de

[76] Salvatierra, Juan de Dios (1872). *Documentos que comprueban la conducta nada honrosa de D. Damón Barberí, prefecto del departamento del Beni*. Santa Cruz, Bolivia: Impr. De Cayetano R. Daza, pág. 11-15.
[77] Ibid: 3.
[78] "Faço publico nos termos da deliberação da junta do Thesouro, o lançamento das casas commerciaes procedido na agencia do Crato", *Jornal do Amazonas*, Manaus, 14/10/1875, pág. 3.
[79] Craig, 1947 [1907]: 128; Fonseca, 1880: 319.
[80] "Noticias do rio Madeira", *Jornal do Amazonas*, Manaus, 24/4/1876, pág. 4.; "Noticias diversas: Amasonas", *Diário de Belém*, Belém, 7/5/1876, pag. 1.
[81] "Interior. Rio Madeira, 23 de maio de 1879", *O Liberal do Pará*, Belém, 8/6/1879, pág. 2;
[82] Craig, 1947 [1907]: 224.
[83] Lacerda, 1865: 7; Ferreira, Gustavo Adolpho Ramos (1867). *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor 1.o Vice-Presidente da província do Amazonas Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 5 de setembro de 1866*. Manaos, Typ. do Amazonas de A . da C. Mendes, págs. 18-19.

Borba e Baetas possuíam destacamentos muito menores, com apenas sete e nove praças, respectivamente.

O contingente numeroso em Santo Antônio revela o esforço do Estado brasileiro em controlar o tráfego fluvial e afirmar a soberania na fronteira. Ao mesmo tempo, a regularização da navegação a vapor e a primeira tentativa de construção da ferrovia Madeira-Mamoré, entre 1872 e 1874, consolidaram a povoação como um nó logístico permanente.

Embora Brown e Lidstone tenham descrito o lugar, em 1874, como um aglomerado desordenado de armazéns, as fontes indicam que, nas décadas finais do século XIX, circulavam mensalmente por ali entre 300 e 400 tripulantes do Beni.[84] Paralelamente, patrões e trabalhadores bolivianos passaram a ocupar sistematicamente o trecho encachoeirado, dando origem, na década de 1880, à produção conhecida como "borracha de cachoelenos".[85] Nesse contexto, sobressaiu a figura do negociante Pastor Oyola, cuja trajetória no comércio fluvial e extrativismo remontava à década de 1860.

Em 1867, Oyola aparece em uma lista de passageiros partindo de Belém com destino a Vila Bela, no Amazonas, acompanhado por outros três bolivianos.[86] Dois anos depois, o comerciante e sua esposa, Rosalía Ojopi, retornavam à capital paraense vindos do rio Madeira.[87] No mesmo período, Jesualdo Maccheti já o identificava, ao lado de Isaac Hurtado, como um dos principais empresários dedicados à exploração da goma elástica, administrando diversas barracas entre a cachoeira de Santo Antônio e o lugar do Crato.[88]

Entretanto, na década seguinte, Oyola expandiu e deslocou suas operações para o trecho encachoeirado. Segundo João Severiano da Fonseca, o negociante estabeleceu-se na cachoeira Morrinhos, onde empregava entre sessenta e setenta trabalhadores.[89] Sua propriedade, conhecida como "La Concepción" ou "Concepción del Morrinhos", teria sido estabelecida antes de 1875, ano em que foi atingida por um incêndio.[90] De acordo com Neville Craig, o entorno da residência principal era composto por numerosas casas que abrigavam centenas de indígenas bolivianos e suas famílias, todos sob a gestão de administradores bolivianos de descendência espanhola.[91] O relato evidencia que o domínio de Oyola estendia-se ainda por uma vasta região de seringais no

[84] Brown e Lindstone, 1876: 341; Forte, 1885: 84; "Carta enviada por negociantes, proprietários, empregados, mecânicos e labradores, residentes na povoação de Santo Antônio ao Exm. Sr. Dr. Governador do Estado", *Commercio do Amazonas*, Manaus, 27/12/1898, pág. 2.
[85] "Rio Madeira: correspondência particular do Diario do Gram-Pará", *Diário do Gram-Pará*, Belém, 9/10/1885, pág. 1.
[86] "Pessoas despachadas", *Jornal do Pará: Orgão Official*, Belém, 3/3/1867, pág. 2.
[87] "Passageiros", *Diario de Belém: Folha Politica, Noticiosa e Commercial*, Belém, 6/1/1869, pág. 2.
[88] Maccheti, 1886: 54.
[89] Fonseca, 1880: 302.
[90] Craig, 1947 [1907]: 220-221.
[91] Ibid: 261-262.

rio Jaci-Paraná, organizada em distritos que contavam com barracas próprias e um contingente expressivo de indígenas de ambos os sexos submetidos a um administrador.[92]

O nome "Concepción del Morrinhos" constituía uma referência direta a Concepción de Baures, povoado associado à origem da família Ojopi e ao território tradicional da etnia baure.[93] Essa família integrava um reduzido grupo da elite nativa branco-mestiça, proprietária de terras e gado, que detinha através de funções administrativas o controle sobre a mão de obra indígena comum. Segundo Craig, a própria Rosalía Ojopi realizava longas viagens ao Beni "à cata de peões e em visita a pessoas de sua amizade".[94] Isso mostra a complexidade das agências indígenas na organização do trabalho e como as alianças familiares foram fundamentais para sustentar a expansão gomífera.

Nesse contexto, Anna Guiteras Mombiola e Lorena Córdoba destacam que Pastor Oyola firmou, entre 1864 e 1885, inúmeros contratos com tripulantes, sobretudo da etnia baure, indicando sua atuação contínua no comércio fluvial e na mobilização laboral.[95] Entretanto, suas atividades se projetavam muito além da fronteira amazônica. Em 1879, Oyola aparece em uma lista de passageiros com destino a Liverpool; em 1886, outro embarque para a Inglaterra é atribuído ao comerciante.[96] Nesse mesmo período, Nicolás Armentia informou ter encontrado, no trecho encachoeirado, Wenceslao Añez e Pastor Oyola, "que iban, el primer al Pará, en companhia de su Señora, y el segundo á Inglaterra; donde tiene dos hijos educando".[97] Essa inserção em circuitos mercantis atlânticos comprova uma operação contínua e de larga escala centralizada na arregimentação e deslocamento da mão de obra indígena para viabilizar o comércio fluvial e a exploração da borracha.

Além de Oyola, outros "cachoelenos" como Enrique Viscarra, Mariano Guagama e Faustino Chávez Avarôma dominavam a região.[98] A presença de Viscarra, por exemplo, remonta ao início da década de 1870, sendo marcada por episódios de resistência e pela precariedade das barracas, onde doenças vitimavam dezenas de trabalhadores. Segundo Armentia, em 1873, dez trabalhadores indígenas da missão de Ixiamas fugiram dos seringais de Viscarra no trecho

[92] Ibid: 319, 331-333.
[93] Guiteras Mombiola, Anna y Córdoba, Lorena (2021). "Sin indios no hay industria del caucho: los indígenas amazónicos frente a la colonización gomera". En: Cajías, Lupe y Velásquez-Castellanos, Iván (coords.). *Un amor desenfrenado por la libertad. Antología de la historia política de Bolivia (1825-2020)*. La Paz: Plural Editores, págs. 491-493.
[94] Craig, 1947 [1907]: 224.
[95] Guiteras Mombiola y Córdoba, 2021: 493.
[96] "Sahida de passageiros", *O Liberal do Pará*, Belém, 21/9/1879, pág. 2; "Despachados", *Diario de Belém: Folha Politica, Noticiosa e Commercial*, Belém, 1/4/1886, pág. 3.
[97] Armentia, Nicolás (1887). *Navegación del Madre de Dios: viaje del padre Nicolás Armentia*. La Paz: Impr. de "La Paz", pág. 170.
[98] Ibid: 168-170; Gonçalves, Manoel Pereira (1889). *Almanach Madeirense para o anno de 1889*. Pasto Grande: Rio Madeira. pág. 36.

encachoeirado e regressaram ao povoado de origem.[99] Quase uma década depois, mais de sessenta trabalhadores adoeceram nessas barracas de seringa, dos quais vinte e um indígenas morreram.[100] Em 1883, relatos de visitas pastorais confirmavam que os negociantes bolivianos eram "toda a gente ahi estabelecida", sendo citado os nomes de Viscarra, Hurtado, Avarôma e outros.[101]

A partir da década de 1880, esses indivíduos passaram também a articular o transporte da borracha explorada diretamente no Departamento do Beni.[102] Essa fuga constante de braços para o Brasil motivou o Estado boliviano a criar mecanismos para manter a mão de obra nativa dentro do território nacional. Entre as estratégias, Anna Guiteras Mombiola destaca a aprovação de uma série de leis cada vez mais rigorosas, como a lei de 24 de novembro de 1883, que assinalou uma sucessão de medidas para evitar a perda de trabalhadores indígenas para os seringais do rio Madeira.[103] No entanto, a medida legal mais importante foi a Lei de Enganches (1896), que proibiu, desde que forçado ou por engano, o recrutamento dos indígenas do território boliviano para atividades ou empresas de qualquer natureza situadas fora da República. Meses depois, o decreto de 25 de fevereiro de 1897, regulamentou a Lei de Enganches e proibiu definitivamente o recrutamento de trabalhadores para quaisquer atividades fora do país. Essa era uma preocupação econômica e estratégica, pois a disponibilidade e o controle sobre a mão de obra nativa tornaram-se elementos centrais para sustentar a produção boliviana. Como resultado, na última década do século XIX, ocorreu uma diminuição gradativa no deslocamento da força laboral beniana para o Brasil.

## Redes de exploração: recrutamento e controle laboral

Em 1883, Ernesto Mattoso Maia Forte destacou que após a vila de Manicoré e a partir do lugar "Jumas Klautáo" começava a ver "no trabalho os índios bolivianos".[104] A propriedade pertencia ao comerciante português Eduardo Klautau que a comprou do brasileiro Luiz da Fonseca Coutinho.[105] Segundo a descrição, os trabalhadores eram de ambos os sexos, mas as mulheres eram provenientes de Trinidad e Exaltación, no rio Mamoré.[106]

---

[99] Armentia, Nicolás (1905). *Límites de Bolivia con el Perú por la parte de Caupolicán, por el Rdo. Fr. Nicolás Armentia*. La Paz: Tip. de J.M. Gamarra, pág. 49.
[100] "Provincia do Para. Do rio Madeira escreveram em 26 de Agosto ao Diario do Grão Pará", *O Despertador*, Desterro, 30/9/1882, pág. 3.
[101] "Rio Madeira: carta do Vigário Geral do Amazonas", *A Constituição: Orgão do Partido Conservador*, Belém, 26/11/1883, pág. 2.
[102] "Rio Madeira: correspondência particular", *Diário do Gram-Pará*, Belém, 09/10/1885, pág. 1; "Rio Madeira: correspondência particular (continuação)", *Diário do Gram-Pará*, Belém, 10/2/1886, pág. 2.
[103] Guiteras Mombiola, 2011b: 166-167.
[104] Forte, 1885: 80.
[105] Habilitação consular de Eduardo Klautau. Belém, 6 de fevereiro de 1869. Arquivo do Grêmio Literário Português (AGLP), Banco de dados Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (GP-RUMA), Centro de Memória da Amazônia (CMA). Código 2316. Habilitação 2398. Imagem p1480852; Klautau & Sá, "Ao commercio". *Amazonas*, Manaus, 14/1/1883, pág. 4; "Annuncios", *Jornal do Amazonas*, Manaus, 6/1/1884, pág. 4.
[106] Forte, 1885: 81

Um ano depois, Júlio Pinkas observou que, nessa região, "o elemento brasileiro" era representado por "empregados públicos ou cidadãos qualificados", isto é, comerciantes e proprietários.[107] De fato, apesar da instalação da Província do Amazonas, em 1852, a presença do aparato burocrático e administrativo estatal no rio Madeira efetivou-se com a consolidação da exploração gomífera a partir da década de 1860.[108] Comerciantes e proprietários passaram a ocupar os cargos recém-criados com as subdivisões administrativas do território e se tornaram o "braço do Império" na fronteira. Os regatões, por exemplo, atuaram como agentes oficiais do Estado nas regiões mais longínquas do centro de poder provincial, como os rios Purus e Acre.[109] Tal prática também era comum no que diz respeito ao poder estatal boliviano, já que comerciantes e proprietários também ocuparam funções político-administrativas, como Ignácio Arauz e Santos Mercado.

Entretanto, no rio Madeira, comerciantes e proprietários brasileiros e portugueses fizeram amplo uso da mão de obra indígena proveniente do Beni, principalmente, através da criação de vínculos de negócios e alianças familiares com negociantes bolivianos que tinham acesso aos mecanismos de contratação dessa força laboral. Nesse caso, merece destaque o português José Francisco Monteiro, fundador da localidade de Humaitá, em 1869, ao lado do Crato.[110]

Em 1874, Brown e Lidstone observaram que, enquanto o Crato apresentava condições de extrema precariedade, Humaitá se distinguia por sua aparência próspera, tendo sido estruturada por um "boliviano empreendedor".[111] A afirmação equivocada sugere menos a origem nacional e mais a intensa presença de bolivianos na localidade e arredores, conforme registrado nos assentos de batismo de indígenas que tiveram Monteiro como padrinho.[112] Além disso, através de um freguês, o comerciante português cedeu onze tripulantes bolivianos para remar as canoas que conduziam os missionários Jesualdo Maccheti, Samuel Mancini e Teodoro Maria Portararo.[113]

Considerado um dos homens mais ricos e influentes do Amazonas em fins do século XIX e início do XX, a trajetória de José Francisco Monteiro está diretamente relacionada às alianças estabelecidas com negociantes como Santos Mercado. Proprietários vizinhos, ambos aparecem

[107] Pinkas, 1887: 272.
[108] Amaral, Josali do (2018). *Nos confins do Império: ocupação da Amazônia Ocidental, fronteiras, navegação e comércio (1822-1870)*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco.
[109] Cardoso, 2017: 127-138.
[110] Habilitação consular de José Francisco Monteiro. Belém, 29 de julho de 1861. AGLP, GP-RUMA, CMA. Código 513. Habilitação 1149. Imagem: p1470805; Rosa, Paula de Souza (2023). "Redes de comércio e extrativismo: trajetória de um negociante português no rio Madeira (1854-1917)". In: Cancela, Cristina Donza; Castro, Lara de. *et al.* (orgs.). *Nortes migrantes: deslocamentos, trajetórias e ocupação na Amazônia brasileira*. Brasília: Senado Federal, págs. 129-150.
[111] Brown and Lidstone, 1878: 338.
[112] Livro 3 de Batismos. Nome: Gertrudes, data do registro: 29/6/1871. Arquivo Paroquial de Manicoré (APM), f. 22
[113] Brasil. Senado Federal (1873). *Annaes do Senado do Imperio do Brasil: 38ª sessão da 15ª Legislatura em 25 de junho de 1873*, bol. I. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, pág. 175; Habilitação consular de José Estevão Lopes de Azevedo. Belém, 30 de julho de 1861. AGLP, GP-RUMA, CMA. Código: 515. Habilitação: 1151. Imagem: P1470807.

atuando de forma simultânea na exploração dos seringais do rio Machado, em 1879.[114] Nessa ocasião, foram mobilizados aproximadamente duzentos trabalhadores, homens e mulheres, a maioria indígenas bolivianos. Desses, sessenta e cinco indivíduos estavam sob os serviços de Monteiro. O contingente expressivo indica que o comerciante e proprietário português não apenas se beneficiou das redes de recrutamento estruturadas pelos patrões bolivianos, mas teve acesso privilegiado a elas.

Paralelamente, na década de 1870, a localidade de Humaitá ganhou certo dinamismo econômico, social e religioso. O primeiro registro de batismo data de 1872, embora a capela só tenha obtido licença de funcionamento oficial em 1875.[115] A abertura da capela ajudou a sedimentar uma base clientelista de poder local, em relação aos demais proprietários e trabalhadores da região que faziam uso daquele espaço.[116] Não por acaso Monteiro estabeleceu relações de compadrio com importantes negociantes bolivianos que residiam na região, tais como: Juan Batista Abrego e Matilde Vasquez; Curpertino e Gregória Jimenez; Santos Mercado e Ramon Roca.[117]

Na década de 1880, a inserção de José Francisco Monteiro na comunidade boliviana tornou-se ainda mais profunda através do matrimônio com Matilde Jimenez.[118] Filha dos comerciantes Fabio e Adriana Jiménez, naturais de Trinidad, Matilde integrava uma família de ascendência espanhola e indígena, que se estabeleceu no rio Madeira na década de 1860. Em 1875, Fabio Jiménez já figurava como proprietário de um estabelecimento comercial chamado Jenipapo, localizado no território da agência do Crato, tendo como vizinhos o próprio Monteiro e Santos Mercado.[119]

Embora não seja possível identificar o grau de parentesco, os inventários de Mariano Jiménez e Felícia Jiménez confirmam que os membros dessa família eram comerciantes e proprietários integrados às redes mercantis que estruturavam o comércio fluvial transfronteiriço.[120] O arrolamento dos bens menciona a posse de vastos seringais, gado, mercadorias e, sobretudo, dívidas ativas de trabalhadores indígenas oriundos do Beni, como os sobrenomes "Muhiba, Caihuba, Baure, Guatia, Semo e Ichu" parecem sugerir.

---

[114] "Interior. Rio Madeira, 23 de maio de 1879", *O Liberal do Pará*, Belém, 8/6/1879, pág. 2.
[115] Hugo, 1959: 194-196.
[116] Rosa, 2019: 140-149.
[117] Livro 4 de Batismos. Nomes: Ângelo e Aurora, data dos registros: 3 de fevereiro de 1876. APM, f.. 14; Livro 1 de Casamentos. Nubentes: Celestino Laurindo Marino e Filomena Maria Briones, data do registro: 20/8/1886. Arquivo Paroquial de Humaitá (APH), f. 15v; Livro 1 de Casamentos. Nubentes: Alexandre Roque e Maria Candelária Estremadoiro, data do registro: 18 de março 1888. APH, f. 18v.
[118] Affonso, Almino (2004). *Comendador Monteiro: troncos e ramagens*. Manaus: Valer, pág. 48; Rosa, 2019: 125-128.
[119] Faço publico nos termos da deliberação da junta do Thesouro, o lançamento das casas commerciaes procedido na agencia do Crato", *Jornal do Amazonas*, Manaus, 14/10/1875, pág. 3.
[120] Inventário de Mariano Jimenez, 1873. Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas (AGTJAM). Juízo Municipal de Manaus. Caixa 16, págs. 31-39; Inventário de Felicia Jimenez, 1875. AGTJAM. Juízo Municipal de Manaus. Caixa 17, págs. 5-9.

Nesse sentido, o casamento de José Francisco Monteiro e Matilde Jiménez demonstra como as uniões familiares estavam profundamente entrelaçadas nos processos de dominação territorial, integração mercantil e reprodução das elites no contexto amazônico do século XIX.[121] Portanto, não surpreende que, em 1881, o comerciante português foi nomeado cônsul da Bolívia na Província do Amazonas, função que exerceu até o início do século XX.[122] Até então, o cargo era ocupado por Santos Mercado, que continuou atuando como cônsul, mas com jurisdição na Província do Pará.[123] A nomeação de Monteiro indica que o matrimônio funcionou como instrumento essencial de integração às redes mercantis e sociais dos bolivianos, transformando relações de comércio em laços familiares capazes de ampliar sua influência política.

No entanto, Eduardo Klautau e José Francisco Monteiro não foram exceções. Outros negociantes portugueses e brasileiros também se valeram do acesso à força de trabalho nativa beniana, incorporando-a às engrenagens econômicas que sustentaram o avanço da exploração da borracha no rio Madeira. Em 1880, o cônsul Santos Mercado enviou ao governo da Província do Amazonas um ofício comunicando um ataque dos Parintintins ao "súbdito boliviano agregado do sr. Manoel Pereira Gonçalves", comerciante português e proprietário do lugar Pasto Grande.[124]

Em agosto de 1882, a autoridade consular novamente solicitou providências para "impedir as torpes e criminosas seducções" do conterrâneo Ignacio Velasco.[125] Segundo relatório publicado nos jornais, após ser despedido, Velasco invadiu a propriedade do negociante português Manoel Maria de Moraes e levou treze trabalhadores indígenas bolivianos.[126] Na resolução do conflito, Santos Mercado atuou na defesa dos interesses do comerciante luso-brasileiro e enviou ao governo provincial as cópias dos contratos feitos na Bolívia. Nesse caso, não sabemos com precisão quem eram os trabalhadores ou suas povoações de origem. Entretanto, meses antes, Moraes apresentou a prefeitura de Trinidad, capital do Departamento do Beni, uma lista da gente contratada para o

[121] Rosa, Paula de Souza (2024). "Família e poder na constituição de uma sociedade de fronteira no rio Madeira (c. 1840-1920)". Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, pág. 206.
[122] "Expediente do mez de Maio. O oficio ao sr. José Francisco Monteiro", *Amazonas*, Manaus, 03/06/1881, pág. 1.; Ballivián, Manuel Vicente (1900). *Noticia política, geográfica, industrial y estadística de Bolivia; datos para la consulta é información comunicados á las legaciones y consulados de la república*. La Paz: Taller Tipo-litográfico, pág. 18.
[123] Laemmert, Eduardo e Laemmert, Henrique (1882). *Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. pág. 976. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/313394x/52487.
[124] "Comunicado ao sr. Consul da Bolívia", *Amazonas*, Manaus, 14/01/1880, pág. 1.; *Habilitação consular de Manoel Pereira Gonçalves*. AGLP, GP-RUMA, CMA. Código 477. Habilitação 1113. Imagem p1470768. Data da habilitação: 31 de outubro 1861.
[125] "Provincia do Para. Do rio Madeira escreveram em 26 de Agosto ao Diario do Grão Pará", *O Despertador*, Desterro, 30/9/1882, pág. 3.; Forte, 1885: 184.
[126] "Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, na abertura da 2ª sessão da decima sexta legislatura, em 25 de março de 1883, pelo Presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá", *Amazonas*, Manaus, 6/4/1883, pág. 1.

serviço de extração da borracha no rio Madeira.[127] Foram descritos na listagem dezesseis indivíduos arregimentados em Trinidad e Santa Cruz, sendo uma mulher. Além disso, o documento ainda menciona a existência de uma segunda lista com trinta e quatro trabalhadores que estavam aguardando na povoação de Exaltación.

Outro viajante também observou a presença da mão de obra nativa do Beni no lugar Belém, propriedade de Manoel Maria de Moraes, que cedeu dezenove trabalhadores do seu "pessoal boliviano" para o serviço da comissão da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1883.[128] Esses episódios revelam que o acesso à mão de obra indígena beniana era resultado de redes altamente estruturadas de recrutamento, circulação e controle laboral, que articulavam comerciantes, autoridades e intermediários locais nos dois lados da fronteira.

De acordo com Ernesto Mattoso Maia Forte, os negociantes viajavam para a região dos rios Beni e Mamoré, na Bolívia, onde arregimentavam, por vezes, à força, mais de duzentos indígenas das etnias mojos e baures.[129] Esses indivíduos eram deslocados para o rio Madeira e distribuídos aos patrões locais, mediante pagamento. O relato ainda compara a situação dos trabalhadores indígenas ao dos escravizados negros, pois o açoitamento era utilizado frequentemente como punição em casos de baixa produção e fugas.[130]

Forte mencionou dois casos que envolveram a atuação do subdelegado brasileiro na 'recuperação' de indígenas bolivianos fugidos da exploração de seus patrões. Um deles refere-se a uma indígena mojenha que se apresentou à comissão pedindo trabalho e foi admitida para auxiliar as mulheres dos soldados na limpeza do acampamento.[131] Pouco tempo depois, um negociante buscou ajuda do subdelegado que exigiu ao chefe da comissão que entregasse a mulher para ser castigada pelo crime de fuga, ordem que foi cumprida.

Outro viajante também observou a estreita relação comercial e de favores entre a autoridade brasileira e os comerciantes e proprietários bolivianos na região de fronteira. Segundo Bernardo da Costa e Silva

> É muita a quantidade de gente, n'esta ocasião, em Santo Antonio, na maioria índios bolivianos, tripulantes e seringueiros [...]. Aqui mesmo tivemos ocasião de vêr castigar um por haver roubado um garrafão de cachaça ao patrão, que o fez amarrar a um poste, mandando por um seu *mayordomo* (capataz), dar-lhe cincoenta *guascadas* com umas corrêas de couro que trazem para este fim. [...] No entanto ha aqui auctoridade brasileira, militar e civil que não só fecha os olhos a estes depravados

[127] Lista de la jente contratada por el suscrito ciudadano brasileiro para el trabajo de la goma elástica en el rio Madera. Trinidad, 13 de janeiro de 1882. Archivo de la Notaria Pública número 2 de Trinidad, Beni. Escrituras notariales, 1882, f. 82.
[128] Forte, 1885: 184.
[129] Ibid: 140. Ênfase do autor original.
[130] Ibid: 140-141.
[131] Ibid: 143.

> crimes de senhor contra escravo, mas apoia até para não desgostarem os patrões com quem negoceiam.
>
> Outro pobre índio vimos castigar por haver fugido ao patrão que lhe dava maus tractos, não o poupando ao trabalho mesmo quando doente. O patrão reclamou a busca dele ao subdelegado, e este mandou tripular uma canoa do senhor onde metteu soldados que foram já a grande distancia, agarrar o criminoso que trouxeram preso, e depois de bem surrado foi mettido n'um quadrado de trilho da estrada de ferro, que serve de cadeia, sem resguardo da chuva nem do sol, onde ficou passando noites e dias![132]

Durante a década de 1880, João Batista Alvares ocupou o cargo de subdelegado do distrito de Santo Antônio.[133] Nesse mesmo lugar, instalou uma casa comercial com diversos armazéns, sendo considerado o único morador fixo.[134] De acordo com Nicolás Armentia, "Don Juan Bautista Alvarez era agente comissionado de una de las companhias de vapores, y de todos los comerciantes bolivianos del rio Beni que tienen negócios en el Brasil".[135] De fato, em 1892, um balanço da casa comercial pertencente ao subdelegado revela o registro de dezoito dívidas ativas, das quais onze pertenciam aos seguintes comerciantes e proprietários: Antonio Vaca Díez, Isaac Hurtado, Luís Serrate, Lucio Pérez Velasco, Melchor Antelo, Nicolás Suárez, Santos Mercado, Tristan Roca, Manuel Carmelo Paz e as firmas Añez & Hijos e Braillard Clausen & Cia.[136]

Entretanto, as relações entre autoridades e comerciantes brasileiros, portugueses e bolivianos, nem sempre foram pacíficas. Muito pelo contrário, os conflitos pela posse de seringais e o controle sobre a mão de obra nativa beniana foram recorrentes. Em 1869, Francisco Suárez denunciou o delegado de Serpa por capturar e manter tripulantes indígenas do Beni trabalhando em barracas de seringa de seus parentes ou amigos.[137] Em 1875, Manuel Mostajo alegou ter sido coagido pelo comandante do destacamento militar de Santo Antônio.[138] Segundo a denúncia, a autoridade brasileira obrigou-lhe a assinar uma dívida no valor de vinte e cinco contos de réis, o que equivalia a 12.600 pesos, com o comerciante paraense Albino da Silva Machado. Caso recusasse, as mercadorias, as canoas e, especialmente, a tripulação indígena ficariam retidos no Brasil.[139]

---

[132] Silva, 1891: 198-199.
[133] Forte, 1885: 184; Gonçalves, 1889: 45.
[134] Forte, 1885: 85; Gonçalves, 1889: 36.
[135] Armentia, 1887: 171.
[136] Inventário de Dona Rosa Coutinho Alvares, 1892. AGTJAM. Juízo Municipal do Termo de Humaitá. Caixa 1892-1899, pág. 7-13.
[137] Sumario de culpa por crime de responsabilidade, réu: Jesuíno da Costa Fonseca, 1869. AGTJAM. Fundo Juízo de Direito (JD). Caixa JD(03). Código JD.JD.PJ.SCRP1869:03(03), Anos 1869-1871, fs. 1-33.
[138] Mostajo, Manuel (1875). *Denuncia y protesta del ciudadano Manuel Mostajo contra D. Albino de Silva Machado*. Cochabamba: Impr. del Siglo.
[139] Ibid: 3

Em 1872, Manuel Telésforo Salvatierra e o major Pedro Luiz Simpson, juntamente com seus fregueses, enfrentaram-se em sucessivos conflitos armados.[140] Em disputa estavam estradas de seringa localizadas na freguesia de Manicoré, comprada pela firma Salvatierra & Hermanos, em 1871. Nas proximidades já estavam instalados fregueses do major Simpson, que protestou contra a venda dos ditos seringais ao comerciante boliviano.[141]

Um mês após ter recorrido à imprensa, o militar brasileiro mobilizou trinta guardas nacionais e dirigiu-se ao local em que estavam os trabalhadores de Salvatierra. A barraca principal foi destruída, a mão de obra nativa expulsa e as demais barracas ocupadas pelos trabalhadores de Simpson.[142] Entretanto, meses depois, "marchó Manuel Telésforo Salvatierra com treinta hombres de nuestra jente indigenas bolivianos y un moso nacional Ramón Chaves, todos com mujeres e hijos, en dos canoas cargadas de comestibles".[143] Armados e municiados, o negociante boliviano e seus homens desembarcaram próximo às barracas que haviam sido destruídas e iniciaram a construção de novas estruturas.

Após dois dias, apareceram no local o militar brasileiro acompanhado de vinte e cinco guardas nacionais. Todos os trabalhadores do negociante boliviano foram desarmados e conduzidos à casa do subdelegado de polícia. Posteriormente, Manuel Telésforo Salvatierra, Ramón Chaves e dois trabalhadores indígenas foram presos, escoltados e remetidos para a capital da província. Em julho de 1872, Salvatierra retornou ao rio Madeira acompanhado do juiz municipal de Manaus e outros funcionários públicos.[144] Como resultado, Pedro Luiz Simpson foi desapossado, seus fregueses despejados e o domínio das terras disputadas transferido ao negociante boliviano.[145]

Ressalta-se que tais conflitos pouco tinham a ver com a nacionalidade dos envolvidos. Na Amazônia oitocentista, a ocupação ou compra da terra não garantia a posse, era necessário que o proprietário tivesse capacidade de manter o domínio da propriedade, se necessário, mediante o uso da força. Segundo Davi Avelino Leal, os conflitos se originavam nos objetivos antagônicos dos seringalistas, sobretudo quando a facilidade de ocupação começou a diminuir na década de 1870, de modo que as invasões e assassinatos se tornaram frequentes em toda a província, mas principalmente no rio Madeira.[146]

Em 1876, a indefinição e a expansão dos limites territoriais dos seringais, promovida por Telésforo Salvatierra, gerou novos conflitos com proprietários vizinhos e resultou em dois

[140] Ofício de Salvatierra & Hermanos al ilustríssimo señor Ministro de Bolívia em el Brasil. Baetas em el rio Madeira, 10 de julio de 1872. APEAM. Manuscritos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ano 1873, fs. 1-10.
[141] Pedro Luiz Sympson, "Protesto", *Amazonas*, Manaus, 20/3/1872, pág. 2.
[142] Salvatierra, 1873: 4.
[143] Ibid: 8.
[144] "Viagem ao Madeira", *Amazonas*, Manaus, 27/7/1872, pág. 2.
[145] "Protesto", *Amazonas*, Manaus, 31/7/1872, pág. 2.
[146] Leal, Davi Avelino (2013). "Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)". Tese de doutorado, Universidade Federal do Amazonas.

processos criminais envolvendo Euzebio Mendonza, encarregado das barracas e dos trabalhadores indígenas.[147] Na década seguinte, Salvatierra também se envolveu em um longo conflito com o português Álvaro Cesar da Conceição.[148] A disputa se deu pela posse de seringais no igarapé Carapanatuba, que ambos haviam adquirido em sociedade, em 1883. Cinco anos depois, o conflito resultou no assassinato do comerciante português, um caixeiro alemão e dois remeiros indígenas. Conforme noticiado, seria "autor desta horrível carnificina o celebre Telesphoro Salvatierra, o herói da terrível tragédia de Carapanatuba, onde foram sacrificadas tantas vítimas".[149]

Os inúmeros relatos comprovam que a mão de obra indígena beniana se constituiu na principal força laboral sistematicamente explorada no processo de expansão da economia da borracha na região do alto rio Madeira, a despeito da nacionalidade dos patrões. Por sua vez, as alianças entre comerciantes, o deslocamento de trabalhadores, a atuação de autoridades e a circulação de mercadorias e capitais indicam que os movimentos transfronteiriços se entrecruzavam, produzindo uma zona relacional marcada por disputas, acomodações e redes compartilhadas.

## Conclusão

A análise permite compreender a dinâmica de expansão da economia da borracha na Amazônia ocidental, particularmente no rio Madeira, na segunda metade do século XIX. Longe de se tratar de um processo impulsionado exclusivamente por capital nacional brasileiro, a exploração gomífera estruturou-se a partir de complexas redes transfronteiriças que articularam comércio fluvial, controle territorial e mobilização sistemática da mão de obra indígena. Nesse sentido, a fronteira amazônica emerge não como um espaço vazio, marginal ou periférico, mas como um território de circulação constante, cujos interesses econômicos transcendiam as soberanias nacionais formalmente estabelecidas.

A pesquisa evidencia a importância dos comerciantes bolivianos na expansão da indústria da borracha no rio Madeira. Nesse contexto, o controle sobre a mão de obra nativa constituiu um recurso econômico estratégico. Os trabalhadores indígenas do Beni –mojenhos, baures, movimas, canichanas, itonamas, entre outros– se converteram na principal força laboral explorada na região fronteiriça. Inicialmente recrutados como remeiros das canoas mercantis, esses indivíduos foram gradualmente incorporados às atividades de extração da borracha. Esse deslocamento do serviço de remeiros para o trabalho extrativo, discutido anteriormente, é aqui consolidado como resultado

[147] Autos crime por ferimentos graves, réu: Heliodoro Ferreira Bentes, 1876. AGTJAM. Fundo Juízo de Direito. Subfundo Tribunal do Júri. Caixa TJUR (05). Código JD.TJUR.PJ.ACFG1876:02(05), Anos 1876-1886, fs. 1-81; Autos crime por tentativa de morte, réus: Heliodoro Ferreira Bentes, Euzebio Mendoza e João (escravizado), 1876. AGTJAM. Fundo Juízo de Direito. Subfundo Juízo Municipal. Caixa JM(04). Código JM.JM.PC.OFTM1876:01(04), Anos 1876-1878, fs. 1-57.

[148] "Scenas de sangue no rio Madeira: 7 mortos! 14 feridos!", *Diario de Noticias*, Pará, 7/3/1885, pág. 2.; Alvaro Cesar, "A imprensa de Manáos, eu, e T. Salvatierra II", Manaus, 2/4/1885, pág. 3-4.; Alvaro Cesar, "A imprensa de Manáos, eu, e T. Salvatierra III", Manaus, 5/4/1885, pág. 3-4.

[149] "Assassinatos no Madeira: o celebre Salvatierra", *Diario de Noticias*, Pará, 6/8/1887, pág. 2.

de estratégias deliberadas de recrutamento, baseadas em mecanismos de engajamento forçado e imobilização.

O ponto inédito desta investigação reside na demonstração de que a fronteira funcionava como um eixo de integração econômica sob o controle de uma elite comercial heterogênea e transnacional. Revelou-se ainda que a frágil presença estatal permitiu que patrões bolivianos, brasileiros e portugueses atuassem com autonomia, organizando a exploração da mão de obra nativa por meio de alianças que tornavam as soberanias nacionais secundárias.

Em síntese, a presença boliviana no rio Madeira não foi apenas numericamente significativa, mas atuou como uma força de reordenamento que reconfigurou o território e redistribuiu o controle sobre as rotas fluviais. Ao consolidar um sistema regional de exploração que antecedeu e moldou o auge gomífero na Bolívia, essa dinâmica revelou uma fronteira gerida por interesses privados e transnacionais, onde o domínio dos patrões e as redes de comércio se sobrepunham às jurisdições dos Estados nacionais. O comércio fluvial, longe de ser uma atividade meramente logística, estruturou os mecanismos de recrutamento de mão de obra, convertendo o saber e a experiência territorial dos indígenas em pilares fundamentais para a expansão do extrativismo. Nesse contexto, a resposta institucional boliviana, personificada pela Lei de Enganches, deve ser compreendida menos como um gesto de proteção à população nativa e mais como um esforço de imobilização dessa força de trabalho dentro dos limites da República. Entre as décadas de 1860 e 1880, o deslocamento forçado de milhares de trabalhadores indígenas benianos para o alto Madeira não apenas sustentou a economia da borracha, mas resultou em um desenraizamento definitivo daqueles que nunca retornaram aos povoados de origem.

*Fecha de recepción: 16/12/2025*

*Fecha de aceptación: 09/06/2026*

**Referências bibliográficas:**

Affonso, Almino (2004). *Comendador Monteiro: troncos e ramagens*. Manaus: Valer.

Agassiz, Jean Louis Rodolph e Agassiz, Elizabeth Cary (2006 [1938]). *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Brasília Senado Federal, Conselho Editorial.

Amaral, Josali do (2018). “Nos confins do Império: ocupação da Amazônia Ocidental, fronteiras, navegação e comércio (1822-1870)”. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco.

Armentia, Nicolás (1887). *Navegación del Madre de Dios: viaje del padre Nicolás Armentia*. La Paz: Impr. de “La Paz”.

Armentia, Nicolás (1905). *Límites de Bolivia con el Perú por la parte de Caupolicán, por el Rdo. Fr. Nicolás Armentia*. La Paz: Tip. de J.M. Gamarra.

Ballivián, Manuel Vicente (1896). *Apuntes sobre la Industria de la Goma Elástica en los Territorios Dependientes de la Delegación Nacional en el Noroeste y el Departamento del Beni*. La Paz: Ministerio de Instrucción Pública y Colonización. El Comercio.

Ballivián, Manuel Vicente (1900). *Noticia política, geográfica, industrial y estadística de Bolivia; datos para la consulta é información comunicados á las legaciones y consulados de la república*. La Paz: Taller Tipo-litográfico

Balzan, Luigi (2008). *A carretón y canoa. La obra del naturalista Luigi Balzan en Bolivia y Paraguay (1885-1893)*. Edición, estudio preliminar, notas y traducción de Clara López Beltrán. La Paz: IFEA / IRD / Embajada de Italia/Plural editores.

Barriga, Letícia Pereira (2023). "O quadrilátero cabano e as cabanagens nos sertões da Amazônia: guerra, índios, rios e matas (1790-1841)". Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará

Bastos, Tavares (1866). *O Valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: Garnier.

Block, David (1997). *La cultura reduccional de los llanos de Mojos*. Sucre: Historia Boliviana.

Brasil. Diretoria Geral de Estatística (1876). *Recenseamento Geral do Império de 1872. Amazonas*, vol. II. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger / Tip. Commercial.

Brasil. Senado Federal (1873). *Annaes do Senado do Imperio do Brasil: 38ª sessão da 15ª Legislatura em 25 de junho de 1873*, bol. I. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro

Brown, Charles Barrington and Lidstone, William (1878). *Fifteen thousand miles on the Amazon and its tributaries*. London: E. Stanford.

Cardoso, Antonio Alexandre Isidio (2017). "O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX". Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.

Coutinho, João Martins da Silva (1864). "Relatório da Exploração do Rio Madeira pelo Doutor João Martins da Silva Coutinho". Em: Oliveira e Sá, Jesuíno Marcondes de. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Commercio e Obras Públicas*, Anexo Q. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, págs. 54-63.

Craig, Neville B. (1947 [1907]). *Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo: Nacional.

Ferreira, Gustavo Adolpho Ramos (1867). *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor 1.o Vice-Presidente da província do Amazonas Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira abriu a Assembléa*

*Legislativa Provincial no dia 5 de setembro de 1866*. Manaos: Typ. do Amazonas de A . da C. Mendes.

Fonseca, João Severiano da (1880). *Viagem ao Redor do Brasil 1875-1878*, 2 vols. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro.

Forte, Ernesto Mattoso Maia (1885). *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira itinerario e trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré, impressões de viagem por um dos membros da mesma comissão*. Rio de Janeiro: Typ. a Vapor de Soares & Niemeyer.

García Jordán, Pilar (2015 [2001]). *Cruz y arado, fusiles y discursos: La construcción de los Orientes en Perú y Bolivia, 1820-1940*. Lima: Institut français d'études andines-Open-Edition Books. DOI: https://doi.org/10.4000/books.ifea.3791

Gonçalves, Manoel Pereira (1889). *Almanach Madeirense para o anno de 1889*. Pasto Grande: Rio Madeira.

Guiteras Mombiola, Anna (2011a). "La mano de obra indígena en el comercio fluvial del Beni (Bolivia) en la segunda mitad del siglo XIX". *Bulletin de l'Institut français d'études andines*, 40/3, págs. 511-532.

Guiteras Mombiola, Anna (2011b). "Para una historia del Beni. Un estudio socioeconómico, político e ideológico de la Amazonía boliviana, siglos XIX-XX". Tesis de doutorado, Universitat de Barcelona.

Guiteras Mombiola, Anna y Córdoba, Lorena (2021). "'Sin indios no hay industria del caucho': los indígenas amazónicos frente a la colonización gomera". Em: Cajías, Lupe y Velásquez-Castellanos, Iván (coords.). *Un amor desenfrenado por la libertad. Antología de la historia política de Bolivia (1825-2020)*. La Paz: Plural Editores, págs. 471-515.

Hugo, Victor (1959). *Desbravadores: a história eclesiástica, no panorama social, político, e geográfico do grande Rio Madeira, seus afluentes e formadores na Amazônia*, vol. I. Rondônia: Missão Salesiana.

Keller, Franz (1874). *The Amazon and Madeira river: sketches and descriptions from the note-book of an explorer*. Philadelphia: J. B. Lippincott & Co.

Keller, José e Keller Francisco (1869). "Relatório da Exploração do Rio Madeira na parte compreendida entre a cachoeira de Santo Antônio e a barra do Mamoré". Em: Brasil. *Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, Anexo X. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, pág. 1-61.

Lacerda, Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque (1864). *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Amazonas na sessão ordinaria do 1º de outubro de 1864, pelo dr.*

*Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, presidente da mesma provincia*. Pernambuco: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filho.

Lacerda, Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque (1865). *Relatorio com que o Illm. e Exm. Sr. dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda entregou a administração da provincia do Amazonas ao illm. e Exm. Sr. tenente coronel Innocencio Eustaquio F. de Araujo*. Recife: Typ. do Jornal do Recife.

Laemmert, Eduardo e Laemmert, Henrique (1882). *Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/313394x/52487.

Leal, Davi Avelino (2013). "Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)". Tese de doutorado, Universidade Federal do Amazonas.

Lema Garrett, Ana María (2013). "¿Una frontera en movimiento o movimientos en la frontera? Bolivia-Brasil en la época del Tratado de Ayacucho". *Anuario de Estudios Bolivianos, Archivísticos y Bibliográficos*, 19, págs. 251-294.

Link, Rogério Sávio (2016). "Vivendo entre mundos: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX". Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Lisboa, Joaquim Miguel Ribeiro (1869). "Exploração do furo de Tupinambaranas, do Ramos e rios Sacará e Atrennnam". Em: Albuquerque, Diego Velho Cavalcanti de. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Commercio e Obras Públicas*, Appenso. O. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert.

Lopes, Siméia Nazaré (2013). "As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c.1790-c.1830)". Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Maccheti, Jesualdo (1886). *Diario del viaje fluvial del padre fray Jesualdo Maccheti, misionero del Colegio de la Paz, desde San Buenaventura y Reyes hasta el Atlántico en 1869*. La Paz: Imprenta del Siglo Industrial.

Mathews, Edward (1879). *Up the Amazon and Madeira Rivers, though Bolivian and Peru*. London: Sampson Low Marston, Searle & Rivington.

Mattos, João Wilkens (1870). *Relatório lido pelo exm. O Sr. Presidente da província do Amazonas, tenentecoronel João Wilkens de Mattos, na sessão d`abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 25 de março de 1870*. Manaos: Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes.

Melo, Vanice Siqueira de (2022). “Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)”. Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará.

Ministerio de Hacienda (1882). *Informes y documentos referentes al Departamento del Beni*. La Paz: Imp. de La Libertad de J. Aramayo.

Monteiro, Antônio Francisco (1891). *Almanach Madeirense para o anno de 1892*. Humaythá: sem editorial.

Monteiro, Domingos Jacy (1878). *Relatorio apresentado ao exm.o sr. dr. Agesiláo Pereira da Silva, presidente da provincia do Amazonas pelo dr. Domingos Jacy Monteiro, depois de ter entregue a admimistração da provincia em 26 de maio de 1877*. Manaus: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos.

Mostajo, Manuel (1875). *Denuncia y protesta del ciudadano Manuel Mostajo contra D. Albino de Silva Machado*. Cochabamba: Impr. del Siglo.

Orsag, José Octavio (2025). “Where the Maps End: Indigenous Territories and the Colonization of the Western Amazon in the Nineteenth Century”. Tese de doutorado, New York University.

Pinkas, Julio (1887). “O Alto Madeira”. *Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, III, 4, págs. 269-309.

Quevedo, Quintín e Arauz, Ignacio (1861). *El Madera y sus cabeceras Belen del Pará, 25 de abril de 1861*. Cochabamba: Tip. de Quevedo.

Rego, Jacinto Pereira (1869). *Exposição com que o exmo. sr. dr. Jacinto Pereira do Rego passou a administração da província do Amazonas no dia 24 de agosto de 1868 ao exmo. sr. coronel Leonardo Ferreira Marques, 1º vice-presidente da mesma província*. Manaos: Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes.

Roca, José Luís (2024 [2001]). *La epopeya de los cruceños: economía y sociedad en el oriente boliviano (s. XVI-XX)*. La Paz: Plural.

Rosa, Paula de Souza (2019). “Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920)”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará.

Rosa, Paula de Souza (2023). “Redes de comércio e extrativismo: trajetória de um negociante português no rio Madeira (1854-1917)”. Em: Cancela, Cristina Donza, *et. al.* (orgs.). *Nortes migrantes: deslocamentos, trajetórias e ocupação na Amazônia brasileira*. Brasília: Senado Federal, págs. 129-150.

Rosa, Paula de Souza (2024). “O compadrio e as redes de parentesco Mura e Munduruku no rio Madeira (1838-1859)”. Em: Vieira Junior, Antônio Otaviano, *et. al.* (orgs.). *Uma RUMA de histórias das populações da Amazônia*. Ananindeua: Editora Cabana, págs. 193-213.

Rosa, Paula de Souza (2024). “Família e poder na constituição de uma sociedade de fronteira no rio Madeira (c. 1840-1920)”. Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará.

Rosa, Paula de Souza (2025). Patrones cruceños y jornaleros indígenas del Oriente boliviano en el río Madera durante el auge de la goma (1860-1880). Em: José Octavio Orsag Molina (org.). *Bolivia y sus Orientes*. La Paz: Plural editores / Sílex ediciones, v. 5, págs. 61-91.

Salvatierra, Juan de Dios (1872). *Documentos que comprueban la conducta nada honrosa de D. Damon Barberi, prefecto del departamento del Beni*. Santa Cruz: Impr. de Cayetano R. Daza.

Silva, Bernardo da Costa e (1891). *Viagens no sertao do Amazonas do Para a costa do mar Pacifico pelo Amazonas Bolivia e Peru*. Porto: Typ. de A. J. de Sousa e Irmão.

Van Valen, Gary (2013). *Indigenous agency in the Amazon: The Mojos in liberal and Rubber-Boom Bolivia.* Tucson: The University of Arizona Press

Weinstein, Barbara (1993). *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, Edusp.